

ATA DA 29ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTDUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

1 Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, no auditório
2 da Secretariade Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST-SC), às 13h30min,
3 compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos – CEDH,
4 os seguintes conselheiros: **representantes da sociedade civil**: Nadir Cardozo
5 dos Santos (Central Única dos Trabalhadores – CUT); Ematuir de Souza
6 (Conselho Regional de Psicologia – CRP/SC); Erli Aparecida Camargo (Fundação
7 Instituto Nereu Ramos – FINER); Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos
8 Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Jairton Fabeni (Federação
9 Catarinense de Entidade de e para Cegos – FECEC); João Carlos de Liz (
10 Associação Serrana dos Deficientes Físicos – ASDF); João Joffily Coutinho
11 (Associação dos Defensores Públicos do Estado de Santa Catarina – ADEPESC);
12 Sidnei Pavesi (Associação dos Deficientes Visuais de Brusque e Região – ADVB);
13 Luciano Leite da Silva Filho (Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina)
14 **representantes governamentais**: Aretusa Larroyd (Secretaria de Estado do
15 Desenvolvimento Social – SDS); Arlete Jocelina Adriano (Secretaria de Estado da
16 Saúde – SES); Manuela Brandão da Silveira Ribeiro (Secretária Executiva do
17 CEDH-SC) e Maurício Molinari (palestrante DIEESE). **Ponto 1 da pauta.**
18 **Abertura. A plenária é aberta** pela presidenta do Conselho Estadual dos Direitos
19 Humanos – CEDH, Cynthia Maria Pinto da Luz, dando as boas-vindas a todos,
20 define o teto desta reunião para às 16 horas e começa com o **ponto 02 da pauta**
21 que é a leitura e aprovação da mesma. Após leitura a presidente perguntou se
22 algum membro gostaria de acrescentar algum ponto. O conselheiro João Carlos
23 de Liz (ASDF) comentou sobre o caso levantado em reunião anterior pelo
24 conselheiro Fabeni se iria ser deliberado algo ou se apenas ficaria nos informes.
25 A presidente pediu para que esse ponto fosse aguardado até que a Bárbara Ihes
26 traga notícias sobre a troca do conselheiro da entidade ao qual o conselheiro
27 Fabeni representa (ADVIR). O conselheiro Ematuir (CRP), perguntou se nas
28 notas foi pautada a nota de repúdio ao massacre de Altamira que foi presidido
29 pelo Comitê de Combate a Tortura. A presidente respondeu que será incluído nas
30 Notas. Nesse momento passou-se para o **ponto 03 da pauta – justificativas e**
31 **ausências**. A presidente começou pela justificativa de ausência da conselheira
32 Yara e colocou em nome deste Conselho que todos se solidarizam com a mesma
33 pela perda do familiar e concluiu sua fala pedindo para que o conselheiro Ematuir
34 transmita a conselheira Yara os pêsames em nome deste Conselho. A presidente
35 nesse instante perguntou a Bárbara (*secretária ad hoc*) se havia mais alguma
36 justificativa e a mesma respondeu não haver mais nenhuma. A presidente passou
37 para o próximo **ponto de pauta 04** sobre a **Reforma da Previdência**. A
38 presidente introduziu sua fala relatando que há um mês foi feita uma discussão
39 destacando-se a importância de aprofundar essa questão no conselho apesar de
40 que, a seu ver nem todos(as) os(as) conselheiros (as) estavam convencidos do
41 desastre que representava esta reforma. Dando prosseguimento, a presidente
42 solicitou a conselheira Arlete para que a mesma faça a apresentação do
43 palestrante. A conselheira Arlete introduziu sua fala relatando que entrou em
44 contato com o seu sindicato porque o mesmo havia dado uma palestra no
45 conselho da saúde e a mesma considerou ser interessante levar esse debate
46 para este conselho uma vez que compartilha da mesma ideia que a presidente
47 Cynthia, ou seja, algumas pessoas, em seu ponto de vista pareciam estar aquém
48 da situação real. E diz que não poderá fazer a apresentação do palestrante
49 porque não o conhecia. Em conversa entre palestrante e presidente Cynthia ficou
50 decidido que a apresentação durasse aproximadamente 30 minutos com abertura
51 para dúvidas e esclarecimentos. Nesse momento o palestrante cumprimentou a

52 todos e fez a sua breve apresentação. O palestrante Maurício introduziu sua fala
53 ressaltando sobre a importância do tema que tem tudo haver com a situação
54 objetiva das condições de vida da classe trabalhadora. Complementou sua fala
55 destacando pontos agravantes a Reforma, como por exemplo: a decisão recente
56 do Supremo Tribunal Federal (STF) legalizando o trabalho intermitente, fato que
57 consequentemente ocasionará o aumento do número de subocupações no país e,
58 além disso, a destruição da Previdência Social, que segundo o palestrante, vem
59 sendo pautado há muitos anos no Brasil. O Maurício faz uma prévia de sua
60 apresentação informando que voltará na história do Brasil por volta de 150 anos
61 atrás, passando pelo modelo da Constituição Federal de 1988 para chegar na
62 proposta do presidente Bolsonaro e o significado do governo deste e, trazer os
63 efeitos e possibilidades históricas que estão abertas para discussão. O palestrante
64 começou sua fala explicando a origem da Previdência Social e sua finalidade,
65 ressaltando que, a partir do momento que as massas começam a migrar para as
66 cidades entra em pauta a questão da Previdência Social. Complementou sua fala
67 reforçando a ideia de que a previdência é um produto do meio urbano que nasceu
68 com a industrialização capitalista, no caso Europeu final do século XVIII e início
69 do século XIX e no caso Brasileiro final do século XIX e início do século XX.
70 Acrescentou ainda que a previdência surgiu a partir da luta sindical dos
71 trabalhadores, tendo como marco mundial a Comuna de Paris, onde nasceu o
72 primeiro estatuto previdenciário que previa direito a vida, previdência, direito a
73 alimentação, dentre outros. Especificamente, no caso brasileiro, a previdência tem
74 origem no momento em que os trabalhadores rurais começam a migrar para as
75 cidades e se organizar em seus sindicatos, uma vez que não havia legislação
76 trabalhista, sendo a greve a única ação direta e organizando o fundo de greve. E,
77 esse fundo era utilizado também com a finalidade de previdência. E, a partir daí
78 surgem as caixas de auxílio mútuo onde os próprios trabalhadores começam a
79 compor recursos para fazer frente ao seguro-desemprego e outras necessidades
80 que fossem surgindo. As caixas de auxílio mútuo deram origem ao atual modelo
81 previdenciário, denominado de *fundos mutualistas*. Com a vinda dos
82 trabalhadores rurais para as cidades no século XX, e esses se encontrando numa
83 situação de total vulnerabilidade começam a lutar e se organizar e, a partir desse
84 momento, surge em 1923, no Brasil a primeira lei previdenciária, denominada
85 Eloy Chaves. O país passava por um momento onde se acirrava uma luta política
86 no Brasil porque desde 1917 com o resultado da Revolução Russa, os
87 trabalhadores brasileiros começavam a avançar com mais ferocidade contra a
88 classe dominante daquele momento. Em 1930, o Estado Brasileiro emergindo da
89 Revolução quando Getúlio Vargas chega ao poder, começou a entender por meio
90 dos últimos acontecimentos e medidas tomadas pelo bloco capitalista que deveria
91 naquele momento criar uma legislação social para os trabalhadores. É nesse
92 momento então que foram criados os IAPs, que são os Institutos de
93 Aposentadoria e Pensão. Era o primeiro momento onde a contribuição para a
94 Previdência deixa de ser exclusivamente dos trabalhadores auto-organizados e
95 passou a ter o modelo tripartite, onde legalmente se estabelecia que
96 trabalhadores, empresários e governo teriam que contribuir para compor o fundo
97 do IAP das categorias. De 1930 a 1964 o Brasil viveu um período de intensa
98 industrialização, onde o Estado como propulsor da industrialização, irá criar
99 todos os instrumentos de desenvolvimento que possuímos atualmente como, por
100 exemplo: BNDE, IBGE, dentre outros. E, com base nisso, irão se acumular uma
101 quantidade significativa de recursos dos IAPs, que eram utilizados exclusivamente
102 para os trabalhadores. A partir de 1955 começaram-se a instalar as multinacionais
103 no Brasil, mais especificamente no governo de Juscelino Kubitschek. No entanto
104 este fato ocasionaria mudanças significativas, uma vez que a industrialização no
105 Brasil se mostrava ainda de forma incipiente. Com a abertura comercial para
106 instalação de indústrias de produção pesada, esse fato consequentemente deu

107 origem a uma série de exigências dentre as quais: a construção da usina de
108 Itaipu, construção de rodovias, instalação de linhas de transmissão, investir em
109 melhorias na infraestrutura urbana, reduzir os custos da construção civil e ainda
110 diminuir os preços dos alimentos para as massas urbanas. O Brasil passa então
111 por um momento chamado pelo palestrante de *estrangulamento do*
112 *desenvolvimento capitalista*, por volta da década de 60, marcada pelas Reformas
113 de Base. A Reforma de Base pretendia manter um desenvolvimento autônomo do
114 Brasil, não dependente do capital internacional mas para que isso fosse possível
115 seria necessário possuir grande quantidade de recursos financeiros para investir
116 na industrialização de base e não tinha como se fazer isso diante das
117 multinacionais que produziam um volume de riqueza enorme dentro do país e
118 esses recursos não podiam ser reinvestidos na industrialização pesada no Brasil.
119 Diante do exposto, têm-se de um lado o controle da remessa de lucros e do outro
120 lado a Reforma Agrária, que eram os dois pilares da Reforma de Base. A partir da
121 Revolução Cubana e a instalação do sistema Socialista em 1961, a previdência, a
122 saúde e a educação estavam garantidas em Cuba e o modelo cubano inspirava
123 os intelectuais e revolucionários da política brasileira. Porém, no Brasil a
124 contrarrevolução vence, ou seja, quem vence é o golpe militar. A ditadura então
125 resolve solucionar todos os problemas e fragilidades pelas quais está vivenciando
126 utilizando os recursos da previdência. Desta forma, começou o processo de
127 desconstitucionalização e destruição da previdência. No ano de 1966, a ditadura
128 cria o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, onde se unifica os
129 recursos, expandem a previdência, aumentando a cobertura, porém a partir deste
130 momento originam-se os critérios de distribuir o mínimo de recursos possíveis
131 para sobrevivência porque até então o que houvesse disponível era dado ao
132 trabalhador. A partir da garantia de centralização do INPS, cria-se o banco
133 nacional de habitação que irá financiar as obras de infraestrutura, a criação de
134 Itaipu, dar continuidade as obras das rodovias, entre outros. A ditadura faz então
135 a opção de manter o atrelamento ao capital internacional e para financiar o
136 desenvolvimento industrial, necessário naquele momento, resolveu *assaltar* o
137 fundo salarial dos trabalhadores. De 1966 a década de 80 a 90 houveram várias
138 apropriações de recursos desse fundo salarial dos trabalhadores. Aliado a este
139 fato ocorreu em 1966 uma reforma trabalhista que vai acabar com a estabilidade
140 de emprego e criar o FGTS que por sua vez também irá financiar o banco
141 nacional de habitação, as obras de infraestrutura e, sem contar com o
142 congelamento salarial, todos esses fatores irão garantir a marcha forçada de
143 desenvolvimento capitalista brasileiro. O que irá vigorar na ditadura brasileira é a
144 doutrina da segurança nacional que era um alinhamento completo ao bloco
145 americano para garantir os interesses do bloco ocidental cristão contra os
146 avanços do comunismo. Essa é a mesma ideologia utilizada pelo atual governo
147 com a diferença de que no contexto em que vivemos nos dias atuais, sustentar
148 essa ideia não faz sentido nenhum. Com a crise da ditadura, a saída encontrada
149 seria garantir os interesses da classe dominante brasileira e então se implementa
150 a nova fase do governo capitalista. Com base nos fatos relatados anteriormente,
151 percebe-se que a ditadura militar de extrema direita brasileira foi estatizante. A
152 partir da ditadura foram criadas as estatais, ampliaram-se as pós-graduações,
153 ampliou-se o número de engenheiros, economistas e demais profissionais porque
154 era necessário formar um quadro técnico para dar impulso as estatais e o modelo
155 de industrialização no Brasil, assim como os bancos, dentre outros. Com a
156 chegada das décadas de 70, 80 e 90, estava em curso no mundo a abertura
157 comercial em decorrência da queda do bloco soviético, ausência de combate e os
158 processos de reconversão capitalista tomavam conta dos países socialistas, a
159 partir disso o capital não permite que o Estado regule o desenvolvimento para
160 segurar o bloco soviético, o liberalismo então toma conta a partir dos anos 80. A
161 partir dessa mudança de padrão de acumulação aliado ao fato de o Estado ter

162 absorvido todos os custos daqueles investimentos a longo prazo e, com aquele
163 investimento dando lucro, surge a intenção das privatizações. Com a abertura
164 comercial dos anos 80, e a entrada de produtos estrangeiros a preços
165 significativamente mais baixos, sem nenhum tipo de protecionismo, as indústrias
166 intermediárias brasileiras começam a quebrar. Em 1994, a saída encontrada para
167 amenizar a crise e para manter a propriedade privada dos capitalistas que não
168 conseguiam mais ser capitalistas industriais, seria criar o sistema da dívida
169 pública. O governo então toma medidas para garantir que essa migração seja
170 viável. O palestrante voltou no tempo, mais precisamente na Constituição de 1988
171 e explicou que, aproximadamente nos anos 80, o Brasil segue no contrafluxo da
172 história mundial, onde os países estavam avançando para a liberalização. O
173 Brasil, nesse período, passou pela crise da ditadura e a reascensão dos
174 movimentos de massa. Molinari explicou que a ditadura represou os movimentos
175 sociais e quando esses emergem vieram com toda a força. Com isso, a ditadura
176 se vê obrigada a ceder e a criar a Constituição Federal de 1988. O palestrante
177 mencionou ser a Constituição de 1988, híbrida, uma vez que, ao mesmo tempo
178 em que, garante alguns direitos, em outros casos, como por exemplo, na saúde,
179 garante a complementariedade ao serviço privado. Molinari complementou sua
180 fala colocando que o plano real seria constranger o orçamento público para
181 garantir o sistema da dívida pública e a partir da Lei de responsabilidade fiscal de
182 1999, criada para este fim, quem irá emergir e substituir o setor público será o
183 setor privado. Então em 1988, cria-se o modelo da Seguridade Social mantendo-
184 se o modelo tripartite sendo este ampliado, primeiro quando coloca-se a
185 previdência na Seguridade, ficando disposta em: Previdência, Saúde e
186 Assistência, segundo, modelo de financiamento tripartite: trabalhador,
187 empregador e conjunto de tributos e contribuições criadas para financiar a
188 seguridade social que irão compor o terceiro pilar da previdência, sendo este,
189 retirado do cálculo quando se diz que a previdência é deficitária. Segundo
190 Molinari, essa foi a conduta utilizada sistematicamente pelos governos que
191 quiseram aprovar a Reforma da Previdência para se dizer que havia *déficit*. Fato
192 que não condiz com a verdade posto que, conforme explicado pelo palestrante,
193 mesmo considerando apenas a folha de salários poucos são os anos que
194 apresentaram *déficit*. O modelo tripartite atual, dentro dos mesmos moldes da
195 ditadura, não consegue cobrir 38% da população, que por sua vez, não consegue
196 contribuir nos moldes atuais e os que são cobertos, a grande maioria ganha
197 apenas um salário mínimo. Segundo, Molinari o discurso oficial para justificar o
198 déficit previdenciário é que esse sistema paga mais do que arrecada. Mas o
199 palestrante explicou que isso já era de conhecimento de todos desde os anos 80
200 quando a população começou a migrar para as cidades. Os brasileiros
201 começaram a ter menos filhos, chegaram às cidades e encontra uma estrutura
202 urbana relativamente acessível, os salários eram maiores, contava-se com uma
203 estabilidade relativa nos empregos e, a geração atual está inserida num contexto
204 onde a classe trabalhadora se depara com a destruição total dos direitos sociais,
205 intensa privatização, salários menores, elevado índice de rotatividade nos
206 empregos e pessoas altamente qualificadas obrigando a partir para alternativas
207 diversificadas por falta de opção. Por esses motivos anteriormente colocados é
208 que se criou o terceiro pilar de financiamento da previdência. O verdadeiro *déficit*
209 se apresenta nos últimos 2 (dois) anos e é denominado de *déficit conjuntural*, pois
210 diminuiu o emprego e aumentou a concessão de desonerações fiscais que
211 refletem na previdência. O palestrante citou ainda a DRU (desvinculação da
212 receita da união) que retira 30% para pagamentos de juros da dívida desde 1995.
213 Ainda, de acordo com Molinari seria este então um déficit construído. De 1966 até
214 a década de 80, se retirou recursos dos trabalhadores para implementar o modelo
215 de industrialização no Brasil, a partir disso sistematicamente os trabalhadores vão
216 sendo “assaltados” para sustentar o sistema rentista no país e pagar as

217 desonerações fiscais. Em 1995 uma contrarreforma da previdência cria a DRU, no
218 ano de 1999 cria-se a Lei de responsabilidade fiscal para garantir o pagamento da
219 dívida pública, e assim de forma sistemática nos governos dos presidentes:
220 Fernando Henrique Cardoso, Lula e presidente Dilma, são feitas reformas da
221 previdência desconstituindo a previdência e garantindo o sistema econômico.
222 Segundo Molinari o povo colocou o atual presidente Bolsonaro no poder porque
223 sua situação é pior que a dos seus pais, gerando uma crise familiar. E, quando
224 uma massa vive uma crise de mais de 6 (seis) anos, desemprego de 12 a 13%, a
225 geração fica aflita, não com uma idealização, mas com quem operou o sistema. A
226 nova constituição fez com que a geração atual não conseguisse reproduzir a vida
227 dos pais, que os cobram e, desta forma o indivíduo acha que o problema é com
228 ele e não um processo histórico, o que desencadeia: depressão, tomar remédios
229 controlados, drogas e ainda, apelar para as igrejas. Os sindicatos abandonam os
230 trabalhadores desempregados e a igreja evangélica se torna uma rede de apoio a
231 esse público enquanto a esquerda apenas faz a gestão da ordem, administrando
232 a miséria. Com base nestes relatos, a população vê na igreja a salvação para os
233 seus problemas buscando desta forma o pastor e indiretamente busca
234 Bolsonaro. E dentro deste contexto muitos se tornaram mercadores da fé, e essa,
235 inserida numa situação de total desespero é considerada altamente legítima, de
236 acordo com Molinari. Neste sistema que vai criando a degeneração das condições
237 de vida depois de 6 anos de uma crise que se inaugura após a primeira
238 desoneração fiscal do governo Dilma, essa massa irá procurar um sujeito que
239 acusa o sistema, Bolsonaro. O povo acreditou que ele iria mudar as condições de
240 vida, criando a figura ilusória do mito, com a promessa de segurança pública e
241 combate aos corruptos. Bolsonaro se elege com o voto popular, mas este
242 representa os interesses da classe dominante brasileira, sendo seu governo
243 liderado pelo ministro Paulo Guedes. Segundo o palestrante, a reforma da
244 previdência garante o *sistema da dívida*, que corrói a riqueza gerada pelos
245 brasileiros para garantir as desonerações fiscais, representa um *alinhamento com*
246 *os Estados Unidos* e o *endurecimento do Estado brasileiro*. Para se atingir este
247 último item, precisa-se fazer um descumprimento dos direitos humanos no Brasil,
248 razão pela qual surge proposta de lei anticrime de Moro. Com o fim da previdência
249 e as indústrias fechando, criar-se-á uma nova onda migratória, acarretando em
250 maior inchaço das cidades, empobrecimento das famílias e colocando três, quatro
251 gerações competindo no mercado de trabalho, gerando assim a livre
252 concorrência. Molinari explicou que com a livre concorrência a mercadoria abaixa
253 o preço e no mundo capitalista a mercadoria é representada pela força de
254 trabalho. Desta forma, de acordo com Molinari, está se gestando uma amplificação
255 do caos social. O palestrante explicou que o caos social é um insumo de
256 mudanças estruturais, e esse processo tem direção, e atualmente a esquerda não
257 se mostra capaz de apresentar um projeto para a classe trabalhadora. É preciso
258 reconstruir uma esquerda que entenda o momento em que está vivendo. A
259 previdência é um dos focos disso, ou seja, se a esquerda não se estruturar a
260 extrema direita vai ganhar. Segundo Molinari, Bolsonaro com a convocação de
261 massas para defender o seu governo pode sim, se transformar em um governo
262 facista. Molinari finaliza a palestra colocando que esta democracia que vivemos
263 até aqui foi apenas para iludir a população, que a real democracia é aquela que
264 socializa a vida boa com o povo. Acrescentou ainda que o desafio atual é
265 entender que uma vez aprovada a contrarreforma, o governo já anunciou que irá
266 fazer a desvinculação total do orçamento, está agredindo os conselhos,
267 ampliando a violência policial, irá ampliar a Reforma Trabalhista e tem uma
268 maioria sólida para fazer dentro do sistema democrático parlamentar. A partir
269 desse relato Molinari diz que a *população tem que acumular forças, ganhando ou*
270 *perdendo*. Finalizou expondo que a população deveria se organizar e aglutinar os
271 setores que se encontram descontentes. A partir disso, realizar um processo

272 organizativo que consiga se confrontar com um embate de forças que num futuro
273 próximo irá acontecer, pois é o que a história nos apresenta. A presidente Cynthia
274 propôs uma rodada de falas e debate para que assim Molinari faça apenas um
275 fechamento. Todos concordam. A primeira fala começou com o conselheiro Sidnei
276 que inicia dando os parabéns ao palestrante e através de uma metáfora comentou
277 que se a população não acordar o caos se instalará. Complementou sua fala
278 dizendo que somente com a sociedade organizada, percebendo que foi enganada
279 é que se pode haver mudança. E, finalizando, comentou que se a fala do
280 palestrante chegasse as grandes massas, desta forma simplificada assim como o
281 foi, nesta apresentação, as pessoas iriam entender, mas a população está sendo
282 enganada e é exatamente por isso que estamos passando por esse momento.
283 Nesse instante o conselheiro Nadir (CUT) introduziu sua fala comentando sobre a
284 União Soviética que tinha uma questão muito planejada onde havia um debate da
285 juventude que se revoltou porque perdiam seus sonhos uma vez que o futuro
286 deles já estava garantido. O conselheiro complementou sua fala dizendo ter
287 vivenciado essa situação em nosso país em 1989, onde os pais estavam
288 desesperados em relação aos seus filhos que por sua vez estavam se sentindo
289 dentro de um casulo e queriam romper com aquilo. Acrescentou ainda um
290 comentário sobre a 2ª Guerra Mundial, onde até os dias atuais tem-se a ideia de
291 que os americanos venceram Hitler e se não fossem esses, estaríamos todos
292 mortos. O conselheiro diz ser necessária essa discussão para que essa ideia se
293 desmistifique e, desta forma não tenhamos os americanos como nossa única
294 alternativa. Finalizou sua fala comentando que *eles* queriam 90% da população
295 nas cidades, mas só agora conseguiram atingir esse percentual. Em sequencia, a
296 presidente Cynthia levantou uma questão, afirmando ser essa reforma a maior
297 agressão que o povo trabalhador já recebeu desde o século XX até os dias atuais,
298 e, sob a ótica daquilo que já foi aprovado em dia imediatamente anterior a essa
299 plenária, na Câmara, como é que ficaram os benefícios de prestação continuada
300 que atingem as pessoas com deficiência e idosos, como é que ficou a questão da
301 mulher porque se diz esta possivelmente faça parte do segmento mais atingido na
302 Reforma e a questão de benefícios inferiores ao salário mínimo. A presidente
303 colocou esses pontos para serem discutidos e abre para demais colocações. A
304 conselheira Aretusa (SDS) mencionou a questão da expectativa de vida do
305 brasileiro e a implicação na vida dos filhos que terão que assumi-los. O
306 conselheiro João Coutinho colocou que a Defensoria Pública no atual governo
307 representa uma “*pedra no sapato*” uma vez que esse governo pretende mitigar
308 direitos. Continuou sua fala comentando que o que o chamou atenção e ficava
309 como pergunta era que há tempos, no governo do presidente Temer,
310 especialistas diziam que a previdência não era deficitária. E acrescentou ainda
311 que acompanha os debates no Congresso, tanto Câmara quanto Senado e o que
312 parece acontecer, em seu ponto de vista, é que eles não debatem o tema.
313 Concluiu ainda que sempre descambam para um enfrentamento ideológico,
314 pessoal e que questões de importância como esta onde a premissa básica é a
315 Reforma deve ser feita porque gera dívida para o Estado, é mentirosa. A
316 conselheira Erli levantou uma questão colocada pelo palestrante que é a seguinte:
317 *para quem e com quem o Bolsonaro governa nesse contexto. Como é que se*
318 *pode visualizar a periferia com quem ele governa, que não é necessariamente*
319 *para quem está governando. Nesse contexto da Reforma como ficaria essa*
320 *periferia com quem e para quem ele governa?* Dando sequencia estimou-se
321 aproximadamente 20 minutos para que o palestrante finalize o debate. Molinari
322 introduziu sua fala respondendo ao que foi colocado pelo conselheiro Sidnei
323 afirmando que o processo de compreensão da realidade é baseado nas ideias da
324 classe dominante, embutindo na cabeça das pessoas que estas só podem ser
325 trabalhadores ou empresários. Complementou sua fala dizendo que os
326 trabalhadores têm que promover rupturas em sua ideologia política, pois não há

327 como desobstruir o entendimento atual dos trabalhadores que está consolidado
328 em determinados setores que deve ser feita a Reforma da Previdência. Molinari
329 colocou ainda que as massas devam se mobilizar com enfoque em
330 transformação, fato que é comprovado historicamente. O palestrante
331 complementou sua fala colocando que no seu ponto de vista o país passa por um
332 período de *guerra de classes*, onde desde 2012, quando os preços dos produtos
333 de exportação brasileiros caem e a partir disso, os empresários lutam para retirar
334 direitos dos trabalhadores. Molinari fez então um levantamento das greves desde
335 97 até os últimos anos e, concluiu que representam um número significativo em
336 comparação aos anos 80. A partir desse levantamento, o palestrante relacionou
337 este fato ao “*ataque*” dos capitalistas aos direitos do trabalhador nas convenções
338 coletivas, nos processos de negociação e, a partir de 2015, o Estado também
339 entra nesse processo gerando assim uma guerra de classes. Molinari expôs que a
340 essência da reforma é ampliar espaço para o liberalismo e desta forma tem-se
341 que criar uma força antiliberal que coloque uma ruptura nisso. Molinari
342 acrescentou ainda que diante de ausência de perspectiva objetiva ideológica, a
343 população está aceitando a ideologia dominante, que é a ideologia do capital. O
344 palestrante retrocedeu aos anos 80 e comentou que nesse período havia uma
345 falta de acúmulo teórico dos trabalhadores, e fez menção a fala do conselheiro
346 Nadir, onde uma geração estava sendo construída num mundo bipolar, que
347 passava a viver a hegemonia completa do capital. Molinari complementou sua fala
348 ao dizer que foi criada uma geração *angustiada* porque foi prometido um mundo
349 de pleno consumo. Mas na realidade o que aconteceu é que essa ideia de
350 liberdade na verdade só existiu enquanto ideologia. O que desencadeou na crise
351 do individualismo que é a possibilidade de vender minha força de trabalho. Dando
352 continuidade Molinari citou o caso específico das mulheres dizendo que na prática
353 ao colocar tempo mínimo e idade mínima, consequentemente iria abranger a
354 todos. Mas a mulher por ter menos tempo de contribuição, na regra é quem será
355 mais afetada. Nesse momento Molinari fez menção a Portaria que foi assinada,
356 onde em seu texto diz que não irá pagar benefício inferior ao salário mínimo. A
357 presidente perguntou se isso passou e o palestrante respondeu de forma
358 afirmativa. Mas Molinari comentou que na prática mesmo que o benefício não
359 passe, não existe mais uma regra que garanta o reajuste pela inflação do salário
360 mínimo. Pode-se congelar por 3 ou 4 anos o salário mínimo porque estão
361 constrangidos pelo congelamento dos gastos, a arrecadação está caindo visto
362 que a economia encontra-se parada. No próximo ano provavelmente não terá
363 expansão da arrecadação tributária então a partir desse fato começa-se a
364 congelar os benefícios. Em relação ao benefício de prestação continuada (BPC)
365 Molinari disse não ter conseguido acompanhar o que foi discutido. Finalizando
366 sua fala Molinari entrou no item da expectativa de vida, onde colocou que com a
367 evolução da tecnologia eleva-se a expectativa de vida, porém isso se restringe as
368 classes mais elevadas da população. Mas o aumento da expectativa não é
369 considerado pelo palestrante como um fator positivo na medida em que, conforme
370 a nova lei com aumento da expectativa de vida amplia consequentemente a idade
371 mínima. Molinari comentou que na prática se trata de uma estatística falsa, na
372 medida em que irá de ampliar a destruição dos trabalhadores mais pobres, por
373 inúmeras razões como por exemplo: aumento da violência, o encarceramento, as
374 epidemias pela falta de saneamento básico com as massificações das favelas.
375 Nesse momento a conselheira Erli comentou que é só retirar os institutos de
376 pesquisa sérios. O palestrante colocou que o IBGE foi importante até os anos 80
377 quando o capitalismo necessitava de organização para sua expansão. A partir
378 deste relato, Molinari faz uma ligação deste fato com a ascensão do positivismo,
379 como uma ideologia de Estado e, uma resposta ao Marxismo e as
380 revoluções. Uma vez que, naquele momento histórico, a burguesia entendeu que
381 precisava se organizar. Complementando sua fala a respeito do IBGE, Molinari

382 explicou que esse faz parte de uma política social fruto da uma conquista
383 histórica, da luta dos trabalhadores. E, o que representa a essência dessa luta, é
384 os trabalhadores se organizando, fazendo o enfrentamento coletivo e o Estado
385 individualiza, no direito, no atendimento individual. Ainda de acordo com Molinari,
386 o Estado desorganiza preparando o próximo momento onde os trabalhadores
387 perdem a densidade ideológica. Em sequência surge o Estado Social, que é um
388 momento para desarmar a classe trabalhadora ideologicamente e materialmente.
389 Uma vez que os trabalhadores estavam armados e submetidos a ideologia
390 vitoriosa, que na verdade era a ideologia do exército vermelho. O estado de bem
391 estar social representa um armistício de guerra, ou seja, um acordo, onde de um
392 lado entregam-se as armas, depois a ideologia e de outro lado entrega-se o bem
393 estar social. E, com a chegada dos anos 80 o liberalismo toma conta de novo e
394 começou a avançar sistematicamente. Molinari comentou que a ideia dominante
395 aderida no momento é a de que *é preciso fazer reforma para se combater*
396 *privilegiouse* concluiu sua fala denominando o fato de *vitória ideológica*. Porém essa
397 ideia foi construída nos anos 60. E, finalizando sua apresentação, Molinari faz
398 uma comparação histórica da ditadura com o atual governo. A ditadura conseguiu
399 consolidar bases materiais para sustentar-se e, segundo Molinari, um regime
400 político não se sustenta se não tiver base de sustentação nas classes populares.
401 Em comparação, o governo atual não tem como consolidar base popular uma vez
402 que não consegue garantir emprego, assim como, não tem como garantir um
403 processo de nova legitimação material ideológica nas classes médias. Molinari
404 complementou ainda que, o ultraliberalismo implementado pelo atual governo irá
405 piorar ainda mais as condições de vida tanto das camadas populares quanto das
406 camadas médias. Molinari acrescentou ainda que, o atual governo tem
407 conhecimento de que não conseguem ter uma hegemonia tal como teve na
408 ditadura. Desta forma, o governo toma a medida de avançar dentro daquilo que é
409 essencial, porém com o Decreto das armas e o Decreto dos pontos na carteira,
410 derrubados, o atual presidente diz não conseguir governar por conta do STF, da
411 justiça e do parlamento, desta forma começa a articular um grupo social que pode
412 sustentar dentro de um pequeno espaço de tempo. A presidente faz o fechamento
413 pedindo para que o palestrante faça sua apresentação. A presidente Cynthia
414 informou que solicitará a Bárbara para que seja disponibilizada na gravação a fala
415 do palestrante e, desta forma será colocado no aplicativo do WhatsApp para
416 divulgação. Dando continuidade a reunião, inicia-se o **ponto 5 da pauta: Notas**
417 **Públicas**. A presidente comunicou ter feito um fechamento do que estava
418 pendente e antes de fazer a leitura da **Nota de repúdio contra a Reforma da**
419 **Previdência** informou que a nota seria colocada em votação. A conselheira Arlete
420 (SES) questionou para quem seria entregue e logo em seguida a presidente
421 responde que a mesma seria publicada, mandada para os grupos, no facebook, e,
422 finalizou comunicando que já havia publicado no facebook deste Conselho. A
423 conselheira Arlete (SES) sugeriu que fossem expostas nas agências do INSS.
424 Após leitura da *Nota de repúdio contra a Reforma da Previdência* em seguida a
425 presidente colocou que a Nota referente ao **fechamento da Defensoria Pública**
426 **da União** (DPU) já havia sido aprovada por este Conselho. Nesse instante o
427 conselheiro João Coutinho (ADEPESC) disse que já se perdeu o objeto posto que
428 o governo federal prorrogou por mais 6 anos. Concluiu dizendo que houve uma
429 confusão, parece que entre AGU e ainda que outros setores do governo estava
430 emperrando. A presidente fez, em seguida, a leitura da Nota: **Violência policial**
431 **na área de ocupação urbana** que foi redigida pela conselheira Yara. A
432 presidente lembrou a todos que esta nota já foi aprovada por este Conselho
433 faltando apenas a redação final. O conselheiro João Coutinho (ADEPESC),
434 lembrou que essa audiência pública aconteceu em março na Assembléia
435 Legislativa (ALESC). A presidente então explicou que esteve ausente no mês
436 anterior e disse estar apenas ratificando para ser incluído nos anais. O

437 conselheiro João Coutinho (ADEPESC) salientou a importância de se guardar
438 pois poderia ser utilizada em momento oportuno caso novos casos surgissem.
439 Ficou desta forma aprovado o texto. Outra nota resgatada em reunião anterior
440 referente ao problema de **extinção de Conselhos, Comitês e Comissões** onde
441 foi resolvido resumir a nota do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH),
442 a presidente informou que já havia formalizado e colocado apenas o primeiro
443 parágrafo da nota do CNDH. Antes da leitura da **nota de apoio ao juiz João**
444 **Marcos Buch**, a presidente fez uma breve explicação da situação pela qual está
445 passando o referido juiz para que todos entendessem. Após a leitura da nota
446 acima a conselheira Erli sugeriu que a mesma fosse enviada ao próprio juiz e, a
447 Cynthia acrescentou ainda a Corregedoria do tribunal. Nesse momento a
448 conselheira Arlete sugeriu que nas plenárias as notas já fossem redigidas,
449 votadas e já encaminhadas para que desta forma não seja acumulado trabalho
450 para as próximas plenárias. Nesse momento, o conselheiro Ematuir (CRP) pediu a
451 palavra para a presidente para que o mesmo possa fazer a leitura da nota. Mas
452 antes de fazer a leitura da **nota de combate ao massacre da Altamira** informou
453 que esta nota é proveniente do Comitê de combate a tortura e, lembrou que este
454 Conselho possui uma cadeira nessa Comissão. Complementou sua fala
455 informando que a nota foi feita na última reunião do Comitê e deliberado que as
456 Instituições que o compõem possam avaliar para fazer a divulgação e,
457 acrescentou que a nota já está pública. Após a leitura da nota, a presidente
458 Cynthia chamou a atenção para a quantidade de notas que estavam saindo deste
459 Conselho. E, a partir desse comentário, a conselheira Erli colocou em questão
460 sobre a *efetividade* dessas notas. A presidente Cynthia respondeu que não havia
461 nenhuma, a não ser o papel do conselho em denunciar. Em sequência a mesma
462 pediu ao conselheiro Ematuir para que este envie a nota para o grupo para ser
463 compartilhado. A presidente voltou ao questionamento da Erli e estimulou o grupo
464 dizendo que a responsabilidade pela situação a qual está se passando, não é dos
465 conselheiros e pediu para que o conselho continue a fazer a sua obrigação que é
466 registrar sua indignação e fazer a denúncia. Após o comentário da presidente, o
467 conselheiro João Coutinho (ADEPESC), salientou a importância de mostrar forças
468 principalmente nos casos que envolvam responsabilidade direta do Estado de
469 Santa Catarina. Complementou seu comentário dizendo que não se deve apenas
470 emitir notas, mas também oficial, fazer requerimentos. A presidente Cynthia
471 colocou nesse momento a importância do trabalho da Secretária Executiva de
472 apoio e efetividade as atividades do Conselho. E, finalizando este ponto da pauta,
473 a presidente Cynthia informou que ficaram 4 (quatro) notas aprovadas e 1 (uma)
474 subscrita, que seria a nota do Comitê. O Conselho fez apenas uma referência ao
475 **ponto 6 da pauta sobre Semana da Ativismo de Direitos Humanos do**
476 **Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)** por falta de tempo. Nesse
477 instante começou a discussão sobre a roda de conversa de conselheiros homens
478 de direito como parte da programação do evento Agosto Lilás, **Ponto 7 da pauta.**
479 A presidente passou a palavra para a conselheira Aretusa (SDS) que lembrou ao
480 grupo da proposta em se fazer um encontro com a participação do Dr. Takashima,
481 no mês de agosto, voltado ao debate sobre a violência doméstica e familiar com
482 os conselheiros homens, incluído na Campanha do Agosto Lilás. A conselheira
483 disse ter feito um levantamento de todos os conselheiros homens de direito
484 totalizando 37 conselheiros com diárias. Complementou sua fala dizendo que este
485 é um número expressivo e trataria com o gabinete a possibilidade de efetivar a
486 ação. O conselho decide então por levar a sugestão ao gabinete que
487 participassem da ação 2 conselheiros por conselho recebendo diária e estender
488 convite aos demais porém sem diária. A conselheira comentou que irá fazer essa
489 proposta de o Conselho desenvolver essa ação com o Dr. Takashima no dia 27 e
490 solicitar liberação de pelo menos 2 representantes da sociedade civil de cada
491 Conselho. **Ponto 8 da pauta. Participação no CEDH e Comissões**, devido ao

492 pouco tempo restante para o término da plenária, ficou decidido, de comum
493 acordo, que este ponto seja discutido e inserido como ponto de pauta para a
494 próxima plenária. **Ponto 9 da pauta. Regimento Interno.** O conselheiro João
495 Coutinho pediu a palavra para falar sobre o Regimento Interno. O conselheiro
496 comentou que a procuradora fez alguns apontamentos onde parte deles sugeria
497 ser copiado trecho da lei. A partir desse comentário o conselheiro colocou que
498 não tem sentido ser criado um regimento copiando-se trechos da lei. Continuou
499 sua fala explicando que o Regimento não pode inovar, mas pode, dentro das
500 funções que a lei permite esmiuçar essas funções e deixá-las de forma expressa.
501 O conselheiro reitera sua fala dizendo que as sugestões da procuradora é que as
502 partes que estiverem em desacordo com a lei que seja repetido o texto dessa.
503 Complementou explicando que o Regimento não é necessariamente para ser
504 cópia da lei, e afirmou ter aquele, espaço para interpretar a lei. Acrescentou ainda
505 que ficou em dúvida quanto a alguns comentários da procuradora quando esta
506 coloca que não está de acordo mas não especifica não está de acordo com o que.
507 A presidente Cynthia sugeriu que deveria ser dito o que o conselho não aceita e o
508 que deveria ser mantido. Outro ponto colocado pelo conselheiro João foi o
509 argumento de que o Regimento Interno está previsto 11 (onze) membros da
510 sociedade civil e este deve seguir a lei, que prevê 10. Afirmou ser um equívoco
511 porque a Constituição do Estado prevê 11 (onze) membros e esta, além de ser
512 posterior a lei, também tem grau de prioridade sobre a lei. Complementou ainda
513 ser esta lei revogada nesta parte. O conselheiro concluiu sua fala comentando ser
514 um pouco difícil ter conhecimento de todas as nuances da Constituição Estadual e
515 levantou a possibilidade de não ser de conhecimento da procuradora. Finalizou
516 comentando ter conversado com 2(dois) procuradores e colocou a questão da
517 troca de procuradores no próximo ano, se valeria a pena fazer as correções e,
518 depois partir do zero novamente. O conselheiro então sugeriu que fosse marcada
519 uma conversa com a procuradora. A reunião ficou encerrada com a decisão de
520 ser conversado com a procuradora no dia 13 de setembro, 1(um) dia após a
521 plenária. Nada mais havendo a tratar, a conselheira Cynthia **finaliza a plenária**
522 **(ponto 10 da pauta)** e agradece a participação de todos; e eu, Manuela Brandão
523 da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, a qual, após lida e aprovada, será
524 devidamente publicada no portal da SDS-SC.

525
526
527
528
529
530
531
532
533
534
535
536
537
538
539
540
541